

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DOCUMENTAL
DIVISÃO DE JURISPRUDÊNCIA DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O conteúdo disponibilizado é extraído do acompanhamento processual consultado no sítio do Supremo Tribunal Federal (www.stf.jus.br), possuindo cunho estritamente informativo e não substituindo aquele publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Data de atualização: 26.10.2018.

PROCESSO	DISPOSITIVO LEGAL QUESTIONADO	ASSUNTO	RESULTADO DA LIMINAR	RESULTADO FINAL
5986	Artigo 1º da Lei Estadual nº 19429 , de 15 de março de 2018, do Estado do Paraná.	Obriga as pessoas jurídicas que operam planos de assistência odontológica no Estado do Paraná a se adequarem à tabela da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Odontológicos .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
5984	Lei Estadual nº 19429 , de 15 de março de 2018, do Estado do Paraná.	Obriga as pessoas jurídicas que operam planos de assistência odontológica no Estado do Paraná a se adequarem à tabela da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Odontológicos .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
5976	Súmula 122 do Tribunal Regional Federal da 4ª Região .	Encerrada a jurisdição criminal de segundo grau, deve ter início a execução da pena imposta ao réu, independentemente da eventual interposição de recurso especial ou extraordinário.	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento

5965	Lei Estadual nº 19429 , de 15 de março de 2018, do Estado do Paraná.	Obriga as pessoas jurídicas que operam planos de assistência odontológica no Estado do Paraná a se adequarem à tabela da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Odontológicos .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
5961	Artigos 1º e 2º da Lei Estadual nº 14.040 , de 28 de abril de 2003, do Estado do Paraná.	Proíbe que as empresas de concessão de serviços públicos de água, luz e telefonia façam o corte do fornecimento residencial de seus serviços por falta de pagamento de contas em dias específicos e dá outras providências.	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
5960	Artigos 1º e 2º da Lei Estadual nº 15.008 , de 26/01/2006, do Estado do Paraná.	Dispõe sobre a proibição da interrupção no fornecimento de energia elétrica aos consumidores residenciais em inadimplência no Estado do Paraná nas datas que especifica e normatiza a suspensão nas seguintes condições.	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
5917	Item 3.1 do ato normativo do Estado do Paraná, denominado Edital nº 72 , de 2017 GS-SEED, de 15 de dezembro de 2017.	Edital que estabelece instruções destinadas à realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS, visando a contratações temporárias para exercer as funções de Professor, Professor Pedagogo, Professor Guia Intérprete e Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (TILS).	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 22/03/2018) Publicado: 27/03/2018
5904	Art. 9º, inc. I e II, da Resolução nº 15 , de 2018 - GS/SEED, de 03 de janeiro de 2018 da Secretaria de Estado da Educação – SEED, do Estado do Paraná.	Regulamenta a distribuição de aulas e funções aos professores do Quadro Próprio do Magistério – QPM, do Quadro Único de Pessoal – QUP e aos professores contratados em Regime Especial nas Instituições Estaduais de Ensino do Paraná.	Prejudicada	Decisão Monocrática – Não Conhecido (Decisão: 19/03/2018) Publicado: 21/03/2018
5836	Artigos 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Lei nº 19130 , de 25 de setembro de 2017, do Estado do Paraná.	Institui a diária especial por atividade extrajornada voluntária, a gratificação intra muros, e adota outras providências.	Decisão Monocrática - Deferida em Parte (Decisão: 26/12/2017) Publicado: 01/02/2018	Aguardando Julgamento

5746	Artigo 40, II, parte final, da Lei Estadual nº 12398 , de 30 de dezembro de 1998, do Estado do Paraná.	Cria o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, transforma o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná – IPE em serviço social autônomo, denominado PARANÁPREVIDENCIA e adota outras providências.	Sem Liminar	Aguardando Julgamento
5725	Lei nº 18909 , de 29 de novembro de 2016, do Estado do Paraná, publicada no Diário Oficial do ente federado em 08 de dezembro de 2016, que deu nova redação à Lei nº 17663 , de 2013.	Altera a Lei nº 17663, de 27 de agosto de 2013 que dispõe medidas para que as empresas prestadoras de serviços de TV por assinatura situadas no Estado do Paraná, mantenham escritórios regionais nas microrregiões para atendimento pessoal.	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
5641	Artigo 33 da Lei nº 18907 , de 25 de novembro de 2016 do Estado do Paraná.	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2017.	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
5589	Art. 1º a art. 6º da Lei nº 18573 , de 30 de setembro de 2015, do Estado do Paraná.	Instituição do Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Paraná , disposição quanto ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos , e adoção de outras providências.	Prejudicada	Decisão Monocrática – Extinto o Processo (Decisão: 16/08/2017) Publicado: 21/08/2017
5572	Lei nº 18752 , de 13 de abril de 2016, do Estado do Paraná.	Obriga as empresas prestadoras de serviços , de internet a apresentar ao consumidor, na fatura mensal, gráficos que informem a velocidade diária média de envio e recebimento de dados entregues no mês.	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
5510	Arts. 150, incisos I a VI e §1º, e 156 da Lei Complementar nº 131 , de 29 de setembro de 2010; e os arts. 156, I a VI e §2º, e 157 da Lei	Dispõe sobre a reestruturação da carreira do Agente Fiscal da Coordenação da Receita do Estado , que passa a ser denominado Auditor Fiscal , conforme especifica e adota outras providências.	Decisão Monocrática – Indeferida (Decisão: 03/10/2016) Publicado: 05/10/2016	Aguardando Julgamento

	Complementar nº 92 , de 05 de julho de 2002, ambas do Estado do Paraná.			
5426	Artigos 133, §§10 e 11, 136 da Constituição do Estado do Paraná ; artigos 7º, 17, VIII e 19 da Lei nº 18178 , de 05 de agosto de 2014 do Estado do Paraná (Lei de Diretrizes Orçamentárias - Exercício 2015); artigos 7º e 17, VIII, alíneas "a", "b" e "c" da Lei nº 18532 , de 27 de julho de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - Exercício 2016); art. 28 da Lei nº 18409 , de 29 de dezembro de 2014 do Estado do Paraná (Lei orçamentária Anual - Exercício 2015); artigo 3º, X, da Lei nº 15942 , de 03 de setembro de 2008 do Estado do Paraná (institui o Fundo da Justiça), e artigo 3º, II, da Lei nº 12241 , de 28 de julho de 1998 do Estado do Paraná (institui o Fundo Especial do Ministério Público).	Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual – 2015.	Prejudicada	Decisão Monocrática – Extinto o Processo (Decisão: 16/12/2015) Publicado: 01/02/2016
5425	Decreto nº 442 , de 06 de fevereiro de 2015, do Estado de Paraná.	Alterações no Regulamento do ICMS.	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento

5400	Artigos 4º; 6º, "caput" e §§2º, 4º, 5º; arts. 7º, in fine, art. 11 §1º e parte dos Anexos I, IV e VII, todos da Lei nº 17170 , de 24 de maio de 2012, do Estado do Paraná.	Dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil e Delegados do Estado do Paraná , conforme determina o §9º do art. 144 da Constituição Federal.	Sem liminar	Aguardando Julgamento
5390	Art. 1º e art. 3º do Decreto nº 2095 , de 07 de agosto de 2015, do Estado do Paraná.	Dispõe sobre o limite para pagamento de obrigações de pequeno valor de que trata o §3º do art. 100 da Constituição Federal e a Lei Estadual nº 12601, de 28 de junho de 1999.	Prejudicada	Decisão Monocrática - Extinto o Processo (Decisão: 28/09/2017) Publicado: 04/10/2017
5381	Art. 7º, §2º da Lei Estadual nº 18532 , de 23 de julho de 2015, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2016.	Deferida (Plenário: 18/05/2016) Publicado: 01/12/2016	Decisão Monocrática - Extinto o processo (Decisão: 16/10/2018) Publicado: 19/10/2018
5350	Lei nº 18469 , de 30 de abril de 2015, do estado do Paraná	Reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
5330	Art. 2º, II da Lei nº 18469 , de 30 de abril de 2015, do Estado do Paraná, que altera o art. 12 da Lei nº 17435 , de 2012.	Reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e adoção de outras providências.	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
5327	Lei nº 18293 , de 04 de novembro de 2014, do Estado do Paraná.	Determinação para que as empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal instalem equipamentos tecnológicos ou solução tecnológica hábel a identificar e/ou bloquear sinais de telecomunicações e/ou radiocomunicações nos Estabelecimentos Penais e nos Centros de Socieducação do Estado do Paraná.	Decisão Monocrática – Liminar Deferida (Decisão: 18/06/2015) Publicado: 22/06/2015	Procedente (Plenário: 03/08/2016) Publicado: 08/08/2016

5320	Art. 4º e art. 7º, III, XV, XVIII, XIX, XXIII, XXV e XXVI da Lei Complementar nº 96 , de 12 de setembro de 2002 do Estado do Paraná.	Dispõe sobre o vencimento básico dos cargos integrantes das carreiras policiais civis, do Quadro Pessoal da Polícia Civil .	Prejudicada	Decisão Monocrática - Não conhecido (Decisão: 01/06/2015) Publicado: 08/06/2015
5288	Art. 3º, VIII; art. 7º; art. 8º; art. 9º, "caput" e §§; art. 10 e art. 11, da Lei nº 13228 , de 19 de julho de 2001, do Estado do Paraná.	Cria o Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais – FUNARPEN.	Sem Liminar	Aguardando Julgamento
5282	Art. 5º e art. 6º da Lei nº 18371 , de 15 de dezembro de 2014, do Estado do Paraná.	Alteração de dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação , e da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
5279	Lei nº 12327 , de 21 de setembro de 1998, do Estado do Paraná.	Dispõe sobre as atividades profissionais de Despachante de Trânsito do Estado do Paraná .	Prejudicada	Decisão Monocrática – Não conhecido (Decisão: 28/09/2017) Publicado: 04/10/2017
5218	Arts. 16 e 19 da Lei Estadual nº 18409 , de 29 de dezembro de 2014, do Estado do Paraná.	Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2015 .	Decisão Monocrática – Liminar Deferida em Parte (Decisão: 16/01/2015) Publicado: 04/02/2015	Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 15/02/2016) Publicado: 18/02/2016)
5217	Lei Complementar nº 180 , de 15 de dezembro de 2014, do Estado do Paraná.	Alteração da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, que estabeleceu a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná .	Decisão Monocrática – Liminar Deferida (Decisão: 22/01/2015) Publicado: 04/02/2015	Aguardando Julgamento

5187	Arts. 2º, 3º, 4º, 6º, 7º, 8º e 11 da Lei Ordinária Estadual nº 14985 , de 06 de janeiro de 2006; Art. 1º do Decreto do Poder Executivo Estadual nº 6144 , de 22 de fevereiro de 2006, na parte em que acrescentou os §§1º, 3º, 4º e 5º do art. 572-O, o art. 572-P, art. 572-Q, art. 572-R e art. 572-U ao Regulamento do ICMS daquela unidade federativa (Decreto nº 5141, de 2001), ambos do Estado do Paraná.	Dispõe sobre benefício de suspensão do pagamento do ICMS devido nas operações que especifica a estabelecimento industrial paranaense nas importações por aeroportos e portos de Paranaguá e Antonina.	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 25/06/2015) Publicado: 01/07/2015
5185	Art. 8º, §1º e art. 26, "caput" e parágrafo único da Lei nº 17435 , de 21 de dezembro de 2012 do Estado do Paraná.	Dispõe sobre a reestrutura do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e dá outras providências.	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
5133	Art. 3º, inciso 00I, da Lei nº 17838 , de 19 de dezembro de 2003, do Estado do Paraná.	Cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG com o objetivo de financiar a implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados.	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
5099	Lei Complementar nº 159 , de 25 de julho de 2013, do Estado do Paraná.	Dispõe sobre a utilização de parcela de depósito judiciais para a aplicação nas áreas de saúde, educação, segurança pública, infraestrutura viária, mobilidade urbana e pagamento de requisições judiciais de pequeno valor e dá outras providências.	Prejudicada	Aguardando Julgamento
5054	Lei nº 17169 , de 25 de maio de 2012 e Lei nº 17172 , de 25 de maio de	Dispõem sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná , conforme dispõem a Constituição Estadual e Constituição da República.	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento

	2012, ambos do Estado do Paraná.			
5033	§ único do artigo 2º; O artigo 3º, seus §§1º, 3º, 4º e 5º; incisos I, II e III do artigo 4º; inciso I, II letras "a"; "b" e "c", III, IV, V, VI, VII e VIII, §1º, incisos I, II e III; §2º e incisos e §3º, todos do artigo 5º; § único do artigo 6º; incisos de I a VII; §1º, incisos I e II, e §§2º e 3º, todos do artigo 7º; §1º do artigo 8º; artigo 11, §§1º e 2º; artigo 12; artigo 13; artigo 14; § único do artigo 15; artigo 17 e seu § único; Inciso I do artigo 19; artigo 20; Artigo 23 e § único; § único do artigo 26; § único do artigo 30; incisos I e II do §2º do artigo 32; § único do artigo 34; artigo 39; artigo 42; artigo 45, da Lei nº 16544, de 14 de julho de 2010, do Estado do Paraná.	Dispõe que o processo disciplinar, na Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), será regulado na forma que especifica e adota outras providências.	Prejudicada	Decisão monocrática – Não Conhecido (Decisão: 10/10/2017) Publicado: 18/10/2017
4924	Lei nº 17107, de 17 de abril de 2012, do Estado do Paraná.	Dispõe sobre penalidades ao responsável pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios, ocorrências policiais ou atendimento de desastres (trote telefônico).	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento

4872	Art. 1º; art. 5º §§2º e 3º; art. 6º, V; art. 8º, §1º, II; art.9º, XII, alíneas "a" e "b"; art. 18, §3º; art. 21 e seus incisos; art. 22 e seus incisos; art. 24 e art. 31 na Resolução nº 28 , de 2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná . Bem como os arts. 1º; 2º; 3º, I, VI e X; 5º, II e V; 9º e 13 da Instrução Normativa nº 61 , de 2011.	Dispõe sobre a formalização, a execução, a fiscalização e a prestação de contas das transferências de recursos financeiros e demais repasses no âmbito estadual e municipal , institui o Sistema Integrado de Transferências – SIT.	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
4862	Lei nº 16785 , de 11 de janeiro de 2011, do Estado do Paraná.	Dispõe sobre a cobrança proporcional ao tempo efetivamente utilizado pelos serviços de estacionamento de veículos em estabelecimentos destinados ao aluguel de vagas.	Prejudicada	Procedente (Plenário: 18/08/2016) Publicado: 07/02/2017
4840	Lei nº 17169 , de 24 de maio de 2012 e Lei nº 17172 , de 24 de maio de 2012, ambos do Estado do Paraná.	Dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná , conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República.	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 02/05/2013) Publicado: 07/05/2013
4817	Decreto Estadual nº 3981 , 01 de março de 2012, do Estado do Paraná.	Estabelece as diretrizes de cooperação do Poder Executivo Estadual com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado-GAECO , no Estado do Paraná , e dá outras providências - SESP-SEFA.	Prejudicada	Decisão Monocrática - Extinto o Processo (Decisão: 22/08/2018) Publicado: 27/08/2018
4814	Lei nº 16390 , de 02 de fevereiro de 2010, e seus anexos I a V, bem como da Lei nº 16792 , de 25 de fevereiro de 2011, do Estado do Paraná.	Adota diretrizes, altera, extingue, cria e transforma cargos do Quadro Próprio de Poder Legislativo do Estado do Paraná , conforme especifica.	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento

4796	§2º do art. 101 da Constituição do Estado do Paraná e, §2º do art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 85 , de 1999.	Norma contida na Constituição do Estado do Paraná e, igualmente, na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Paraná que estão obrigando o Poder Judiciário a ceder para os membros do Ministério Público , nos seus prédios, instalações assemelhadas às dos Juízes .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
4791	Arts. 54, 0XI e 89, da Constituição do Estado do Paraná .	Arts. 54, XI e 89, da Constituição do Estado do Paraná .	Prejudicada	Procedente em Parte (Plenário: 12/02/2015) Publicado: 24/04/2015
4767	Parágrafo 4º, do art. 15 e dos §§1º, 2º e 3º, do art. 26, todos da Lei nº 17082 , de 09 de fevereiro de 2012, do Estado do Paraná.	Regulamento o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
4761	Art. 1º, caput e parágrafos 1º a 3º; e 2º, caput e parágrafo único; art. 3º e art. 4º da Lei nº 17054 , de 23 de janeiro de 2012, do Estado do Paraná.	Estabelece que as operadores de telefonia celular e os fabricantes de aparelhos celulares e acessórios, no âmbito do Estado do Paraná, deverão alertar seus usuários sobre a possibilidade de danos à saúde .	Prejudicada	Procedente (Plenário: 18/08/2016) Publicado: 14/11/2016
4748	Lei nº 17081 , de 09 de fevereiro de 2012, do Estado do Paraná. (DOE 17 de fevereiro de 2012)	Dispõe sobre normas para as compras públicas pelo sistema " Registro de Preço " na forma que específica.	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
4658	Art. 34, inciso VII da Lei nº 15608 , de 16 de agosto de 2007, do Estado do Paraná.	Estabelece normas sobre licitações, contrato administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
4614	Lei nº 16762 , de 29 de dezembro de 2010, do Estado do Paraná.	Dispõe que as empresas de limpeza e conservação , deverão pagar a seus empregados mensalmente o Salário-Mínimo	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento

		Regional em vigor no Estado do Paraná, sejam eles ligados ou não a Sindicatos.		
4570	Art. 1º, parágrafos 1º e 2º da Lei Estadual nº 16661 , de 14 de dezembro de 2010, do Estado do Paraná.	Os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal efetivo e dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná , ficam reajustados em 13,72% (treze vírgula setenta e dois por cento).	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
4567	Art. 5º, "caput", da Resolução nº 7 , de 31 de agosto de 2004, com a redação introduzida pela Resolução nº 9 , de 18 de maio de 2005.	Altera redação dada ao art. 5º e insere dispositivos à Resolução nº 7, de 31 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Quadro Efetivo do Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa .	Prejudicada	Decisão Monocrática – Extinto o Processo (Decisão: 14/03/2013) Publicado: 19/03/2013
4564	Art. 5º, "caput", da Resolução nº 7 , de 31 de agosto de 2004, com a redação introduzida pela Resolução nº 9 , de 18 de maio de 2005.	Altera redação dada ao art. 5º e insere dispositivos à Resolução nº 007, de 31 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Quadro Efetivo do Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
4558	Parágrafos 1º, 2º, alíneas "a" a "d", e 3º, do art. 20, da Resolução nº 115 , de 29 de junho de 2010 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com a redação conferida pela Resolução nº 123 , de 09 de novembro de 2010.	Acrescenta e altera dispositivos da Resolução nº 115 do CNJ, que dispõe sobre a Gestão de Precatórios no âmbito do Poder Judiciário .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
4545	Art. 85, §5º da Constituição do Estado do Paraná .	Cessada a investidura no cargo de Governador do Estado , quem o tiver exercido em caráter permanente fará jus, a título de representação, desde que não tenha sofrido suspensão dos direitos políticos, a um subsídio mensal e vitalício , igual ao percebido	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento

		pelo desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.		
4504	Emenda Constitucional nº 29/2010 , do Estado do Paraná.	Emenda Constitucional nº 29, de 28 de outubro de 2010, que acresceu os §§15 e 16 ao art. 45; §5º ao art. 47; §10 ao art. 33 e art. 61 na Constituição do Estado do Paraná.	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
4493	Arts. 2º, 3º, 4º, 6º, 7º, e 11, da Lei nº 14985 , de 06 de janeiro de 2006, art. 1º, do Decreto nº 6144 , de 22 de fevereiro de 2006, na parte em que acrescentou os §§ 1º, 3º, 4º e 5º do art. 572 - O, o art. 572 - P, art. 572 - Q, art. 572 - R e art. 572 - U ao Regulamento do ICMS daquela unidade federativa (Decreto nº 5141 de 12 de dezembro de 2001).	Regulamento do ICMS .	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 25/06/2015) Publicado: 01/07/2015
4481	Arts. 1º ao 8º, bem como o art. 11, todos da Lei nº 14985 , de 06 de janeiro de 2006, inclusive do parágrafo único do art. 1º, dessa lei, acrescentando pelo art. 1º da Lei nº 15467 , de 09 de fevereiro de 2007, ambas do Estado do Paraná.	Dispõe sobre benefício de suspensão do pagamento do ICMS devido nas operações que especifica a estabelecimento industrial paranaense nas importações por aeroportos e portos de Paranaguá e Antonina .	Prejudicada	Procedente em Parte (Plenário: 11/03/2015) Publicado: 19/05/2015
4457	Decreto 42241 , de 14 de janeiro de 2010, do Estado do Rio de Janeiro .	Dispõe sobre a redução da base de cálculo na operação de saída de ônibus de entrada baixa (<i>low entry</i>).	Prejudicada	Procedente (Plenário: 01/06/2011) Publicado: 01/07/2011

4454	Art. 210 - A, §3º, da Constituição do Estado do Paraná , incluído na Emenda Constitucional nº 24 , publicada em 16 de julho de 2008.	Concessão de serviços públicos de saneamento básico para empresas de capital privado.	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
4432	Lei nº 16470 , de 30 de março de 2010, do Estado do Paraná.	Piso Salarial Trabalhadores Estado do Paraná.	Prejudicada	Improcedente (Plenário: 28/04/2011) Publicado: 05/09/2011
4402	Art. 27, caput, da Lei nº 15854 , de 16 de junho de 2008, do Estado do Paraná.	Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.	Prejudicada	Decisão Monocrática – Extinto o Processo (Decisão: 22/03/2018) Publicado: 27/03/2018
4353	Arts. 2º ao 12 da Lei nº 16239 , de 29 de setembro de 2009, do Estado do Paraná.	Estabelece normas de proteção à saúde e de responsabilidade por dano ao consumidor , nos termos dos incisos 00V, VIII e XII do artigo 024, da Constituição Federal, para criação de ambientes de uso coletivo livres de produtos fumígenos , conforme especifica e adota outras providências.	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
4351	Lei nº 16239 , de 29 de setembro de 2009, do Estado do Paraná.		Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
4317-0	Art. 8º, §2º, inciso I e II, art. 16, §§1º e 2º e art. 21 e § único, todos da Lei nº 16023 , de 2008.	Quadro de pessoal do Poder Judiciário.	Aguardando julgamento	Aguardando julgamento
4287-4	Parágrafos 7º e 8º, do art. 2º, da Resolução do Senado nº 98 , de 1998, acrescidos que foram pela Resolução nº 47 , de 2007.	Operação de crédito.	Sem liminar	Aguardando julgamento
4257-2	Lei nº 16109 , de 18 de maio de 2009, publicada em 21 de maio de 2009.	Determina que a UNICENTRO e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) procedam os registros dos diplomas	Aguardando julgamento	Aguardando julgamento

		expedidos pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu VIZIVALI.		
4256-4	Art. 1º, da Resolução nº 48 , de 18 de dezembro de 2007, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.	Dispõe sobre a exigência, como requisito para provimento do cargo de Oficial de Justiça , da conclusão de curso superior, preferencialmente em Direito.	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 29/09/2010) Publicado: 11/10/2010
4248-3	Parágrafo 3º do art. 81, da Lei Estadual nº 7297 , de 08 de janeiro de 1980, com a redação dada pela Lei nº 14925 , de 24 de novembro de 2005, ambas do Estado do Paraná.	Alteração do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná .	Aguardando julgamento	Aguardando julgamento
4243-2	Arts. 3º, caput; art. 8º, caput; art. 9º, §1º; art. 10, parágrafo único; art. 16, parágrafo único; art. 84, caput; e art. 87, parágrafo único, todos da Lei nº 14277 , de 30 de novembro de 2003; e o art. 9º e art. 83, V, “c” do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná , na redação que lhes deu a Resolução nº 10 , de 2005.	Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná .	Aguardando julgamento	Aguardando julgamento
4221-1	Lei nº 15349 , de 22 de dezembro de 2006, do Estado do Paraná.	Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar .	Aguardando julgamento	Aguardando julgamento
4167-3	Art. 2º, §§1º e 4º, art. 3º, "caput", II e III, e o art. 8º,	Piso salarial para magistério.	Deferida em Parte (Plenário: 17/12/2008) Publicado: 30/04/2009	Improcedente (Plenário: 27/04/2011) Publicado: 24/08/2011

	da Lei nº 11738 , de 16 de julho de 2008.			
4152-5	Decreto nº 52381 , de 19 de novembro de 2007, do Estado de São Paulo, publicado em 20 de novembro de 2007, com as alterações dos Decretos nºs 52586 , de 28 de dezembro de 2007, publicado em 29 de dezembro de 2007 e 52824 , de 20 de março de 2008, publicado em 21 de março de 2008.	Institui regime especial de tributação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS para contribuintes que realizarem operações com leite longa vida e laticínios.	Prejudicado	Procedente (Plenário em: 01/06/2011) Publicado: 21/09/2011
4104-5	Art. 56, da Constituição do Estado do Paraná , redação dada pela Emenda Constitucional nº 17 de 08 de novembro de 2006.	Votação/deliberações na Assembleia Legislativa por maioria de votos.	Prejudicada	Decisão Monocrática – Não conhecido (Decisão: 18/11/2015) Publicado: 23/11/2015
4095-2	Resolução nº 102 , de 28 de agosto de 2007, do Estado do Paraná.	Acrescenta itens à metodologia de análise oficial e ao padrão nacional de sementes de soja convencional analisadas e comercializadas no Estado do Paraná.	Prejudicada –Negado Seguimento	Decisão Monocrática - Negado seguimento (Decisão: 26/06/2008) Publicado: 01/08/2008
4016-0	Artigo 3º da Lei Estadual Paranaense nº 15747 de 24 de dezembro de 2007.	Altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003 (Lei do IPVA) e aprova tabela de preços médios de veículos a ser utilizada como base de cálculo do referido imposto para o exercício de 2008.	Indeferida	Aguardando julgamento
3984-9	Lei nº 13790 , de 06 de julho de 2006, do Estado de Santa Catarina.	Institui o Programa de Revigoramento do Setor de Transporte Rodoviário de Cargas de Santa Catarina – PRÓ-CARGAS/SC .	Aguardando julgamento	Aguardando julgamento
3968-7	Arts. 2º, caput, e seu parágrafo único; 5º, caput,	Incidência do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento

	e seu parágrafo único e 9º, na parte final de sua redação, todos da Lei Estadual nº 15512 , de 31 de maio de 2007.			
3948-2	Lei Complementar nº 120 , de Estado do Paraná.	A Assembleia Legislativa instituirá Plano de Previdência Social aos Deputados Estaduais .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3947-4	Art. 4º e anexo da Resolução nº 23 , de 12 de dezembro de 1996, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA.	Os resíduos inertes não estão sujeitos a restrições de importação .	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 17/04/2013) Publicado: 23/04/2013
3945-8	Parágrafo único do art. 56, da Constituição do Estado do Paraná , acrescentado ao texto constitucional paranaense por força da Emenda Constitucional nº 17 , de 08 de novembro de 2006.	As deliberações da Assembleia Legislativa e suas comissões serão tomadas por maioria de votos .	Prejudicada	Decisão Monocrática – Não Conhecido (Decisão: 21/08/2015) Publicado: 26/08/2015
3939-3	Caput do art. 41 da Portaria nº 35 , de 24 de novembro de 006, da Secretaria de Comércio Exterior , órgão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.	Licença de importação de pneumáticos recauchutados e usados .	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 24/06/2010) Publicado: 01/07/2010
3938-5	Art. 47 - A, do Decreto Presidencial nº 3179 , de 1999, inserido pelo Decreto nº 3919, de 2001.	Multa em caso de importação de pneu usado ou reformado .	Prejudicada	Decisão Monocrática – Extinto o Processo (Decisão: 23/02/2018) Publicado: 05/03/2018

3936-9	Art. 2º, da Lei nº 10689 , de 23 de dezembro de 1993, do Estado do Paraná, e nos incisos XXXII e XXXIII, e §§36, 37 e 38, todos do art. 50 do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná (Decreto Estadual nº 5141, de 2001), acrescentados pelo Decreto Estadual nº 986 , de 22 de junho de 2007.	Concessão de benefícios fiscais de ICMS .	Deferida (Plenário: 19/09/2007) Publicado: 09/11/2007	Aguardando Julgamento
3912-1	Arts. 19, VII; 81; 82; 86; 87; 90; e 92, todos do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público .	Processo disciplinar contra membro do Ministério Público e servidores .	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 16/07/2007) Publicado: 02/08/2007
3885-1	Lei Estadual nº 15227 , de 25 de julho de 2006, editado pelo Estado do Paraná, publicada no Diário Oficial nº 7276, de 26 de julho de 2006.	Garrações de água reutilizáveis poderão ser usados por empresas concorrentes.	Prejudicada	Prejudicada (Plenário: 06/06/2013) Publicado: 28/06/2013
3837-1	Art. 4º, §1º, da Lei Complementar nº 63 , de 11 de janeiro de 1990.	Critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências aos municípios.	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3815-0	Arts. 38, §3º; 138, inciso I; 140, inciso II, §§4º e 5º, da Lei Complementar nº 113 , de 15 de dezembro de 2005, do Estado do Paraná.	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Paraná .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento

3803-6	Lei nº 15182 , de 30 de junho de 2006, do Estado do Paraná.	Concede redução de cálculo de base do cálculo do ICMS nas operações que especifica.	Prejudicada	Procedente em Parte (Plenário: 01/06/2011) Publicado: 21/09/2011
3796-0	Lei Estadual nº 15054 , publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná em 24 de abril de 2006.	Dispõe sobre questões relativas à administração tributária do ICMS .	Prejudicada	Procedente (Plenário: 08/03/2017) Publicado: 01/08/2017
3794-3	Arts. 6º, 7º e 8º, da Lei Complementar nº 93 , de 06 de novembro de 2001, do Estado do Mato Grosso do Sul.	Institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda e dá outras providências.	Prejudicada	Procedente em Parte (Plenário: 01/06/2011) Publicado: 01/08/2011
3790-1	Lei nº 14999 , de 26 de janeiro de 2006, publicada em 09 de fevereiro de 2006, do Estado do Paraná.	Faculta a utilização do limite de importação não esgotado nos critérios da Lei nº 13971/2002.	Prejudicada	Decisão Monocrática – Indeferida Inicial (Decisão: 11/09/2006) Publicado: 15/09/2006
3789-7	Lei nº 15003 , de 26 de janeiro de 2006, do Estado do Paraná.	Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (acrescenta letra Z).	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 06/08/2013) Publicado: 14/08/2013
3770-6	Art. 2º e 4º da Lei nº 7257 , de 30 de novembro de 1979, com a redação que lhe deu a Lei nº 9174 , de 09 de dezembro de 1989.	Legislação tributária relativa à taxa de segurança .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3769-2	Art. 15 da Lei nº 9227 , de 17 de abril de 1990, do Estado do Paraná.	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos responsáveis por estabelecimentos de hospedagem registrar-se em órgãos policiais .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3767-6	Lei Complementar nº 116 , de 30 de junho de 2006, do Estado do Paraná.	Quotas de produtividade devidas aos auditores fiscais , constituem parcela de remuneração e proventos de aposentadoria .	Prejudicada	Procedente (Plenário: 08/03/2018) Publicado: 21/03/2018

3757-9	Lei nº 14808 , de 28 de julho de 2005, do Estado do Paraná.	Assegura aos estabelecimentos de ensino superior , a organização de centros acadêmicos e diretórios .	Prejudicada	Procedente em parte (Plenário: 17/10/2018) Publicado: 24/10/2018
3749-8	Lei Estadual nº 15118 , de 12 de maio de 2006, do Estado do Paraná, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná de 12 de maio de 2006.	Piso salarial para o Estado do Paraná.	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 05/08/2011) Publicado: 10/08/2011
3748-0	Parágrafo único do art. 6º; incisos I ao IV do art. 9º; e dos incisos II e III do art. 11; todos da Lei Estadual nº 14594 , publicada em 23 de dezembro de 2004; e do inciso I, do art. 64, do Acórdão nº 9911, do Conselho Superior da Magistratura do Estado do Paraná .	Estabelece normas e critérios para concursos de remoção nos serviços notariais e de registro .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3739-1	Lei nº 15000 , de 26 de janeiro de 2006, publicada no DOE de 09 de fevereiro de 2006, do Estado do Paraná.	Dispensa de parte da jornada de trabalho a servidora responsável por pessoa deficiente .	Prejudicada	Procedente (Plenário: 17/05/2007) Publicado: 29/06/2007
3717-0	Lei nº 10236 , de 28 de dezembro de 1992, do Estado do Paraná.	Institui a taxa de segurança preventiva , cria o Fundo de Modernização da Polícia Militar .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3690-4	Lei nº 14970 , de 21 de dezembro de 2005, do Estado do Paraná.	Proíbe utilização de catracas eletrônicas nos veículos de transporte coletivo.	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 26/11/2015) Publicado: 10/12/2015

3664-5	Dispositivos inseridos no Decreto nº 28104 , 10 de abril de 2001, que alterou o Regulamento do ICMS do Estado do Rio de Janeiro (arts. 36, parágrafo único e 40 do Decreto nº 27427, de 17 de novembro de 2000).	Altera o Regulamento do ICMS – refino do sal para alimentação e produção de carbonato de sódio.	Prejudicada	Procedente (Plenário: 01/06/2011) Publicado: 21/09/2011
3645-9	Lei Estadual nº 14861 , de 26 de outubro de 2005, publicada no Diário Oficial de 27 de outubro de 2005.	Regulamenta o direito à informação quanto aos alimentos e ingredientes alimentares que sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados .	Prejudicada	Procedente (Plenário: 31/05/2006) Publicado: 01/09/2006
3616-5	Lei nº 12058 , de 26 de setembro de 2005, do Estado do São Paulo.	Institui isenções de ICMS .	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 03/08/2009) Publicado: 07/08/2009
3614-9	Decreto nº 1557 , do Estado do Paraná.	Município que a Polícia Civil não contar com Delegado de Polícia , o atendimento deverá ser prestado por Subtenente ou Sargento da Polícia Militar.	Prejudicada	Procedente (Plenário: 20/09/2007) Publicado: 23/11/2007
3612-2	Lei nº 14832 , de 22 de setembro de 2005, do Estado do Paraná.	Fica transformada em autarquia a EMATER sob a denominação de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural EMATER/PR.	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3607-6	Arts. 218 a 226 do RICMS/SC (Decreto nº 2870 , de 2001) introduzidos pelo Decreto nº 1721 , de 30 de abril de 2004, do Estado de Santa Catarina.	Institui o " Programa de Modernização e Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Social de Santa Catarina - COMPEX ".	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 04/12/2006) Publicado: 15/12/2006
3588-6	Decretos nºs 15294 , de 2001 e 15439 , de 2001, que alteraram o	Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Norte.	Prejudicada	Decisão Monocrática – Extinto o Processo (Decisão: 13/05/2010) Publicado: 21/05/2010

	Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Norte.			
3583-5	Art. 1º, e da expressão "e derivados de petróleo produzidos no Estado do Paraná", inscrita no parágrafo único do mesmo dispositivo, da Lei nº 13571 , de 22 de maio de 2002, do Estado do Paraná, que alterou a redação do art. 1º da Lei Estadual nº 12204 , de 1998.	Derivados de petróleo produzidos no Estado do Paraná.	Sem Liminar	Procedente em parte (Plenário: 21/02/2008) Publicado: 14/03/2008
3564-9	Lei Complementar nº 109 , de 23 de junho de 2005.	Ação regressiva contra agentes públicos deverá ser promovida pela PGE .	Deferida (Plenário: 26/10/2005) Publicado: 05/06/2006	Procedente (Plenário: 13/08/2014) Publicado: 09/09/2014
3554-1	Lei nº 14590 , de 22 de dezembro de 2004, do Estado do Paraná.	Enquadramento de ocupantes e cargos do Instituto Agrário do Paraná	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3547-9	Lei nº 14582 , de 22 de dezembro de 2004, do Estado do Paraná.	Dispõe sobre o uso das florestas e demais vegetações nativas consideradas reserva legal e devem representar 0,20%.	Deferida em parte (Plenário: 12/06/2018) Publicado: 18/06/2018	Aguardando Julgamento
3544-4	Art. 1º, da Resolução sem número , veiculada pelo Acórdão, nº 9768 , com redação dada pelo Acórdão nº 9846 , do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Paraná .	Os magistrados poderão exercer atividade noturna e aos sábados o cargo de magistério .	Prejudicada	Procedente (Plenário: 30/06/2017) Publicado: 08/08/2017
3530-4	Art. 60, §1º, II, "b", do Decreto nº 2870 , de 2001, com as alterações	Recolhimento de imposto até décimo dia após encerramento do período de apuração.	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão:

	promovidas pelos Decretos nºs 1081 , de 2003, 1348 , de 2004 e 1519 , de 2004.			04/06/2012) Publicado: 12/06/2012
3521-5	Arts. 42 e 43 da Lei Complementar Estadual nº 94 , de 23 de julho de 2002, com a redação alterada pela Lei Complementar Estadual nº 95 , 09 de setembro de 2002.	Os instrumentos de delegação da prestação de serviços públicos de competência da AGÊNCIA , submetem-se ao seu poder de regulação e fiscalização.	Prejudicada	Procedente em Parte (Plenário: 28/09/2006) Publicado: 16/03/2007
3517-7	Expressão "Falências e Concordatas", constante dos arts. 119, III; 254, alínea "g" e 233, alínea "a", assim como em face dos arts. 74; 261; 288, incisos V, VII, VIII e IX e 295, todos da Lei nº 14277 , de 30 de dezembro de 2003.	Dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.	Prejudicada	Procedente em Parte (Plenário: 17/10/2018) Publicado: 26/10/2018
3485-5	Arts. 10 e 11, da Lei Estadual nº 12358 , de 18 de dezembro de 1998, do Estado do Paraná.	Dispõe sobre o concurso para ingresso nos serviços notariais e de registro .	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 07/06/2005) Publicado: 13/06/2005
3476-6	Lei nº 14590 , de 22 de dezembro de 2004, e do Decreto nº 4306 , de 10 de fevereiro de 2005.	Enquadramento de ocupantes e cargos do Instituto Agrário do PR .	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 23/06/2005) Publicado: 29/06/2005
3422-7	Inciso I e §1º do art. 2º e alínea "b", do art. 004º, da Lei nº 13214 , de 29 de junho de 2001, do Estado do Paraná.	Altera legislação relativa ao ICMS .	Prejudicada	Procedente (Plenário em 10/11/2006) Publicado: 15/06/2007

3421-9	Lei Estadual nº 14586 , de 28 de dezembro de 2004, do Estado do Paraná.	Proíbe cobrança de ICMS nos serviços públicos estaduais a igrejas e templos.	Prejudicada	Improcedente (Plenário em 05/05/2010) Publicado: 28/05/2010
3410-3	Decreto nº 43891 , de 2004, que alterou o Regulamento do ICMS do Estado de Minas Gerais (Decreto nº 43080, de 13 de dezembro de 2002).	Altera o Regulamento do ICMS .	Prejudicada	Improcedente (Plenário em 22/11/2006) Publicado: 08/06/2007
3273-9	Arts. 26, caput e seu §3º; art. 28, I e II; 37, I e Parágrafo único; 43, II e parágrafo único; 51, parágrafo único e art. 60 da Lei nº 9478 , de 06 de agosto de 1997.	Dispõe sobre a política energética nacional , atividades relativas ao monopólio do petróleo e institui o Conselho Nacional de Política Energética e Agência Nacional do Petróleo .	Prejudicada	Improcedente (Plenário em 16/03/2005) Publicado: 02/03/2007
3264-0	Arts. 120, 122, 192, 195, 197, 235 e 240, todos da Lei Estadual nº 14277 , de 30 de dezembro de 2003, Estado do Paraná.	Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná (CODJ/PR) – Agentes Delegados do Foro Extrajudicial .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3253-4	Lei nº 14351 , de 10 de março de 2004 na parte em que inseriu o art. 299 na Lei Estadual nº 14277 .	Remoção de agente delegado com aprovação do Conselho da Magistratura (CODJ-PR).	Prejudicada	Procedente (Plenário em 23/02/2011) Publicado: 24/05/2011
3248-8	Art. 299, da Lei nº 14351 , de 10 de março de 2004.	Remoção de agente delegado com aprovação do Conselho da Magistratura (CODJ-PR).	Prejudicada	Procedente (Plenário em 23/02/2011) Publicado: 24/05/2011
3220-8	Lei Complementar Estadual nº 102 , de 10 de março de 2004.	Altera a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Paraná.	Indeferida (Plenário em 10/03/2005) Publicado: 06/05/2005	Decisão Monocrática – Extinto o Processo (Decisão: 28/06/2017) Publicado: 01/08/2017

3210-1	Leis 9198 , de 18 de janeiro de 1990, exceto os artigos 6º e 7º, e Lei nº 10827 , de 06 de junho de 1994, do Estado do Paraná.	Contratação excepcional de servidores em caso de interesse pela Administração Pública.	Sem liminar	Procedente (Plenário em 11/11/2004) Publicado: 03/12/2004
3075-2L	Lei nº 14235 , de 2003, do Estado do Paraná.	Proíbe a exclusividade de Instituição bancária no sistema de contas e arrecadação aos tributos estaduais sem respectivo processo licitatório .	Deferida (Plenário: 19/12/2003) Publicado: 18/06/2004	Procedente (Plenário: 24/09/2014) Publicado: 05/11/2014
3071-0	Art. 2º, §3º da Resolução nº 4 , de 2000, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.	Na promoção de magistrados se não for o caso de antiguidade, será publicado edital de promoção por merecimento.	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 14/06/2010) Publicado: 21/06/2010
3055-8	Lei nº 11766 , de 04 de julho de 1997, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná na data de 17 de julho de 1997.	Obrigatório transitar com os faróis acesos nas rodovias estaduais .	Sem liminar	Procedente (Plenário: 24/11/2005) Publicado: 03/02/2006
3054-0	Arts. 1º, 2º e 5º, da Lei Estadual nº 14162 , publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná em 27 de outubro de 2003 do Estado do Paraná.	Veda cultivo, manipulação, importação (...) e financiamento rural de organismos geneticamente modificados (transgênicos) .	Prejudicada	Procedente (Plenário: 06/04/2005) Publicado: 14/10/2005
3042-6	Art. 16, inciso V, Alíneas "a" e "l", da Constituição Estadual do Paraná .	Número de vereadores deverá ser proporcional a população do município.	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
3035-3	Lei Estadual nº 14162 , de 27 de outubro de 2003 do Estado do Paraná.	Veda cultivo, manipulação, importação (...) e financiamento rural de organismos geneticamente modificados (transgênicos) .	Deferida (Plenário: 10/12/2003) Publicado: 12/03/2004	Procedente (Plenário: 06/04/2005) Publicado: 14/10/2005
2963-1	Lei Estadual nº 10020 , de 02 de julho de 1992.	Limite de remuneração dos servidores do Poder Judiciário .	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 02/09/2003) Publicado: 10/09/2003

2953-3	Arts. 10, §2º; 15, §3º e art. 17, §5º da instrução normativa nº 01 /2003 do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - PR.	Revoga a Instrução Normativa nº 01/1999 e regulamenta a requisição de valores devidos pela Fazenda Pública e o procedimento de sequestro .	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 13/08/2014) Publicado: 19/08/2014
2945-2	Lei Estadual nº 13757 , de 09 de setembro de 2002 e Lei Estadual nº 13803 , de 23 de setembro de 2002.	Quadro próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE, composto pelos atuais Funcionários Públicos Cíveis da Administração Direta e Autárquica – Carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE.	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
2944-4	Arts. 9º e 10, da Lei Estadual nº 13667 , de 05 de julho de 2002.	Institui quadro próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná em substituição ao Quadro Geral do Estado.	Prejudicada	Procedente (Plenário: 30/06/2011) Publicado: 19/09/2011
2926-6	Lei Complementar nº 98 , de 12 de maio de 2003 e Lei Complementar nº 89 , de 25 de julho de 2001 do Estado do Paraná e art. 33, §9º da Constituição do Estado .	Altera dispositivos do Estatuto da Polícia Civil .	Prejudicada	Aguardando o Julgamento
2904-5	Incisos I, alíneas "a" e "b", II e III do art. 176, da Lei Complementar nº 14 , de 26 de maio de 1982, com a nova redação dada pelo art. 1º, da Lei Complementar nº 93 , de 15 de julho de 2002, ambas do Estado do Paraná.	Contagem de tempo para fins de aposentadoria.	Prejudicada	Procedente (Plenário: 15/04/2009) Publicado: 25/09/2009
2844-8	Artigo 1º e do seu parágrafo 1º, da Lei nº 12909 , de 23 de abril de 2000, do Estado do Paraná.	Incluir no edital de venda do Banestado , manutenção de exclusividade das contas de depósito do sistema de arrecadação dos tributos estaduais (...).	Prejudicada	Decisão Monocrática – Extinto o Processo (Decisão: 19/12/2014) Publicado: 03/02/2015

2832-4	Lei nº 13519 do Estado do Paraná.	Torna obrigatória informações no rótulo de embalagens de café comercializadas no Estado.	Prejudicada	Procedente em Parte (Plenário: 07/05/2008) Publicado: 20/06/2008
2791-3	Parágrafo 1º, do art. 34, da Lei Estadual nº 12398/98 , alterado pela Lei Estadual nº 12607 , de 08 de julho de 1999.	Cria o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, transforma o IPE em PARANAPREVIDÊNCIA .	Prejudicada	Procedente (Plenário: 16/08/2006) Publicado: 24/11/2006
2790-5	Lei Estadual nº 13755 , publicada em 16 de setembro de 2002.	Veda cobrança de tarifa mínima pelas concessionárias de serviço público sem a correspondente prestação do serviço .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
2722-1	Art. 3º, “caput”, I, II e III, §1º; art. 4º, §2º; art. 7º, todos dispositivos da Lei nº 13670 , de 05 de julho de 2002.	Institui o Programa de Incentivo ao produtor de Algodão - ICMS .	Prejudicada	Procedente (Plenário: 22/11/2006) Publicado: 19/12/2006
2702-6	Lei nº 12949 , de 25 de setembro de 2000, do Estado do Paraná.	Divisa de municípios (Moreira Sales).	Prejudicada	Procedente (Plenário: 05/11/2003) Publicado: 06/02/2004
2697-6	Lei nº 13463 , de 11 de janeiro de 2002, publicada em 14 de janeiro de 2002.	Proíbe venda de bebidas alcoólicas em estabelecimentos revendedores de combustíveis, localizados em perímetros urbanos (postos de gasolina).	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 31/03/2004) Publicado: 12/04/2004
2696-8	Lei nº 13611 , de 04 de junho de 2002.	Dispõe sobre tabelas do regimento dos atos judiciais e adota outras providências.	Prejudicada	Improcedente (Plenário: 15/12/2016) Publicado: 14/03/2017
2694-1	Art. 2º e parágrafo único do Decreto nº 5003 , de 12 de novembro de 2001; e art. 1º, caput e §§1º, 2º e 3º, art. 2º, caput e §§1º e 3º, do Decreto nº 5154 , de 17 de dezembro de 2001,	Precatórios judiciais pendentes para pagamento.	Prejudicada	Decisão monocrática Prejudicada (Decisão: 05/11/2008) Publicado: 11/11/2008

	ambos do Estado do Paraná .			
2688-7	Art. 2º, da Lei Estadual nº 13561 , de 27 de maio de 2002.	Auxílio transporte a Polícia Civil e Militar – isenção de ICMS na aquisição de veículo popular.	Prejudicada	Procedente (Plenário: 01/06/2011) Publicado: 26/08/2011
2647-0	Lei nº 13436 , de 11 de janeiro de 2002, e do Decreto nº 5267 , de 2002, ambos do Estado do Paraná.	Disponibiliza ao Poder Executivo, valores de depósitos judiciais , de valores referentes a tributos estaduais.	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
2644-5	Lei Estadual nº 13279 , de 11 de outubro de 2001 .	Ficam fixadas no valor de 20% do valor do automóvel, as multas impostas pelo DETRAN/PR.	Prejudicada	Procedente (Plenário: 07/08/2003) Publicado: 29/08/2003
2639-9	Emenda Constitucional nº 14 , de 10 de dezembro de 2001.	Os terceiros de boa fé serão indenizados por prejuízos materiais, advindos de ato de exceção ocorrido no período revolucionário.	Prejudicada	Procedente (Plenário: 08/02/2006) Publicado: 04/08/2006
2618-6	Provimento nº 34 , de 28 de dezembro de 2000, da Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.	A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado , para agendamento de audiência nos Juizados Especiais.	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 03/05/2002) Publicado: 14/05/2002
2616-0	Emenda Constitucional nº 10 , de 16 de outubro de 2001, com nova redação aos artigos 46 e 50 da Constituição Estadual.	A segurança pública é composta pelos seguintes órgãos: Polícia Civil, Militar e Científica.	Prejudicada	Procedente (Plenário: 19/11/2014) Publicado: 10/02/2015
2575-9	Constituição do Estado do Paraná , com redação dada pela Emenda Constitucional nº 10 , de 16 de outubro de 2001.	A segurança pública é composta pelos seguintes órgãos: Polícia Civil, Militar e Científica.	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 20/02/2003) Publicado: 28/02/2003

2572-4	Lei nº 13132 , publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, em 27 de abril de 2001.	Reserva de assento sem salas de projeções, teatros, cinemas e transporte coletivo para pessoas obesas .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
2552-0	Lei nº 1253 , de 21 de dezembro de 1995 e Lei nº 12355 , de 08 de dezembro de 1998.	Autoriza o Governador do Estado a alienar ações da COPEL .	Prejudicada	Decisão Monocrática – Extinto Processo (Decisão: 27/11/2001) Publicado: 19/12/2001
2548-1	Art. 2º, I, II e §2º, §1º, art. 4º, §1º c/c art. 2º da Lei 13212 , de 29 de junho de 2001 e art. 2º, I, II e §2º, art. 3º, I, II, IV, art. 4º, "a", "b", art. 5º, da Lei nº 13214 , de 29 de junho de 2001.	Imposto incidente sobre as saídas sucessivas de aves vivas com destino a outro estado, exterior e consumidor.	Prejudicada	Procedente (Plenário: 10/11/2006) Publicado: 15/06/2007
2529-5	Arts. 4º e 6º da Lei Estadual nº 13133 , de 16 de abril de 2001.	Cria o Programa de Incentivo à Cultura e recursos com que contará.	Sem liminar	Procedente (Plenário: 14/06/2007) Publicado: 06/09/2007
2493-1	Inconstitucionalidade por Omissão do art. 25 e 37, X da Constituição Federal .	Remunerações de servidores somente poderão ser alterados por lei específica.	Sem liminar	Procedente (Plenário: 19/12/2001) Publicado: 22/03/2002
2483-3	Art. 77, §2º, inciso I da Constituição do Estado do Paraná , com a redação que lhe foi conferida pela Emenda Constitucional nº 9 , de 13 de junho de 2001.	Dispõe sobre a escolha de conselheiros do Tribunal de Contas .	Deferida (Plenário: 02/10/2002) Publicado: 21/02/2003	Aguardando Julgamento
2477-9	Arts. 1º, 2º e 4º da Lei nº 13132 , de 27 de abril de 2001, do Estado do Paraná.	Reserva de assento sem salas de projeções, teatros, cinemas e transporte coletivo para pessoas obesas .	Indeferida (Plenário: 25/04/2002) Publicado: 24/10/2013	Aguardando Julgamento
2453-1	A expressão "por qualquer tempo" contida nos arts. 54, X e 86, caput da	Compete a Assembleia Legislativa conceder licença e autorizar o Governador e Vice-Governador a se ausentarem do País .	Deferida (Plenário: 07/06/2001) Publicado: 24/08/2001	Procedente (Plenário: 03/04/2014) Publicado: 02/05/2014

	Constituição do Estado do Paraná , com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 7, 24 de abril de 2000.			
2431-1	Arts. 53 e 106, do Livro I; art. 013 do anexo II; arts. 9º e 10 do anexo III, todos do Decreto nº 45490 , de 30 de novembro de 2000.	Aplica-se alíquota de 7% nas operações internas dos produtos indicados – ICMS .	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 01/02/2007) Publicado: 07/02/2007
2427-2	Lei nº 10818 , de 25 de maio de 1994 e a Lei nº 10704 , de 10 de janeiro de 1994, ambas do Estado do Paraná.	Cargos em Comissão de Assistente de Segurança Pública.	Deferida (Plenário: 20/06/2001) Publicado: 08/08/2003	Procedente (Plenário em 30/08/2006) Publicado: 10/11/2006
2426-4	Artigos 1º e 5º, caput e incisos; 3º, § único e incisos e art. 7º, § único do Ato 158 da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná .	Instituir na Comarca de Curitiba a Promotoria Especializada de Controle Externo da Atividade Policial .	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 16/05/2001) Publicado: 28/05/2001
2355-1	Lei Estadual nº 12690 , de 18 de outubro de 1999, do Estado do Paraná.	Dispõe que os municípios aplicarão 50% do ICMS nas áreas indígenas .	Deferida (Plenário: 19/06/2002) Publicado: 29/06/2007	Aguardando Julgamento
2319-5	Art. 116, caput, §2º, art. 118, I, “f”, da Constituição do Estado do Paraná c/c arts. 10, §1º e 16, §§ 2º e 3º, da Lei Complementar nº 85 , de 27 de dezembro de 1999.	O Ministério Público tem por chefe o Procurador Geral da Justiça , nomeado pelo Governador, após aprovação da Assembleia Legislativa.	Deferida (Plenário: 01/08/2001) Publicado: 09/11/2001	Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 26/02/2003) Publicado: 10/03/2003
2309-8	Art. 77, §2º, incisos I e II, da Constituição do Estado do Paraná , alterado pela	Dispõe sobre a escolha de conselheiros do Tribunal de Contas .	Prejudicada	Prejudicado (Plenário em 13/12/2001) Publicado: 06/02/2002

	Emenda Constitucional nº 7 , de 24 de abril de 2000.			(Circulou em 08/02/2002)
2276-8	Resolução nº 382 , de 24 de abril de 2000, do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná .	Divulgação de voto eletrônico será através de urna eletrônica oficial de propriedade da Justiça Eleitoral.	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 03/11/2000) Publicado: 13/11/2000
2242-3	Art. 93, inciso VI, da Constituição Federal .	Aposentadoria de magistrados e pensão de seus descendentes.	Prejudicada	Não conhecido (Plenário: 07/02/2001) Publicado: 19/12/2003
2208-3	Art. 54, XVII e XIX, "a"; art. 77, §§1º, 2º, incisos I e II, e 5º; art. 87, XV e XVII, da parte permanente; e art. 53, parágrafo único do ADCT . Todos da Constituição do Estado do Paraná , na redação dada pela Emenda nº 7 , de 28 de abril de 2000.	Escolha de conselheiros do Tribunal de Contas compete privativamente a Assembleia Legislativa.	Deferida (Plenário: 13/12/2001) Publicado: 08/03/2002	Procedente em Parte (Plenário: 19/05/2004) Publicado: 25/06/2004
2189-3	Art. 28, I, caput do art. 78, § 1º, alíneas "b" e "c", da Lei 12.398 , de 30 de dezembro de 1998, do estado do Paraná.	Inconstitucionalidade das expressões "inativos" e "da reserva remunerada e reformados e dos respectivos pensionistas " contidas no art. 28, I, da expressão "e pensionistas" contida no caput do art. 78, bem como do § 1º, alíneas "b" e "c", da Lei 12.398, de 30 de dezembro de 1998, do estado do Paraná.	Deferida (Plenário: 04/05/2000) Publicado: 09/06/2000	Procedente (Plenário: 15/09/2010) Publicado: 16/12/2010
2166-4	Decreto nº 3708 , de 31 de outubro de 1997.	Estabelecimentos importadores poderão ser enquadrados nos incentivos fiscais do Regulamento do ICMS .	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 05/06/2002) Publicado: 11/06/2002
2158-3	Artigos 28, I, 69, I, 78, I e II e § 1º, "b" e "c", e 79, todos da Lei nº 12398 , de	Cria o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná PARANAPREVIDÊNCIA .	Deferida em Parte (Plenário: 30/06/2000) Publicado: 01/09/2000	Procedente em Parte (Plenário: 15/09/2010) Publicado: 16/12/2010

	30 de dezembro de 1998, com as modificações determinadas pela Lei nº 12556 , de 25 de maio de 1999, e dos artigos 1º, 2º, 3º, 4º, I e II, 5º, §§2º e 3º, 6º, 7º e 12 do Decreto nº 721 , de 11 de maio de 1999, todos do Estado do Paraná.			
2155-9	- Artigo 15, III, " d "; - Artigo 51, IV, §§ 3º e 4º; - Artigo 51, V e § 5º; - Artigo 51, XV e § 15; - Artigo 51, XVI e § 15, item 6 da Tabela I do Anexo II; - Artigo 51, XVII e § 16; - Artigo 54, inciso I; - Artigo 57, §1º; - Artigo 78; - Artigo 92-A; - Artigo 572 a 584; - Item 78 do Anexo I; - Item 6 da Tabela I do Anexo II; - Item 7 da Tabela I do Anexo II; - Item 10 da Tabela II do Anexo II; - Item 17 - A da Tabela I do Anexo II; - Item 22 da Tabela I do Anexo II do Decreto 2736 de cinco de novembro de 1996.	Alterações no Regulamento do ICMS .	Deferida em Parte (Plenário: 15/02/2001) Publicado: 01/06/2001	Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 04/06/2001) Publicado: 11/06/2001 (Circulou em 18/06/2001)

2143-5	Inciso VII do artigo 3 ° da Lei nº 12216 , de 15 de julho de 1998, com redação trazida pela Lei nº 12604 , de 02 de julho de 1999 , do Estado do Paraná.	Cria o FUNREJUS. Valor de 0,2% sobre o valor do título do imóvel ou da obrigação nos atos praticado pelos Cartórios de Protestos de Títulos, Registros de Imóveis, títulos de Documentos e Tabelionatos.	Prejudicada (Plenário: 01/03/2000) Publicado: 13/03/2000	Aguardando Julgamento
2097-8	Decreto nº 1142/99 de 26 de julho de 1999, publicado no DOEPR, em 27 de julho de 1999 , especialmente a alteração nº 455ª .	Alterações no Regulamento do ICMS.	Deferida – Decisão Monocrática (Decisão: 13/01/2000) Publicado: 01/02/2000	Prejudicado (Plenário: 04/05/2000) Publicado: 16/06/2000
2067-6	Lei nº 10704 , de 10 de janeiro de 1994 , do Estado do Paraná.	Criação de cargos em comissão na Secretaria do Estado da Segurança Pública.	Prejudicada	Não Conhecido (Plenário: 11/05/2000) Publicado: 20/10/2000
2059-5	Art. 3 °, VII, da Lei 12216 de 15 de julho de 1998, com redação trazida pela Lei nº 12604 , de 02 de julho de 1999, do Estado do Paraná.	Cria o FUNREJUS. Valor de 0,2% sobre o valor do título do imóvel ou da obrigação nos atos praticado pelos Cartórios de Protestos de Títulos, Registros de Imóveis, títulos de Documentos e Tabelionatos.	Indeferida (Plenário: 01/03/2000) Publicado: 21/09/2001	Improcedente (Plenário: 26/04/2006) Publicado: 09/06/2006
2042-1	Art. 1 ° da Lei Estadual nº 10325 , de 11 de junho de 1999.	Dispõe sobre o regime tributário simplificado da e de pequeno porte no Estado de São Paulo.	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 07/12/1999) Publicado: [Pendente]
2040-4	Lei 11960 , de 19 de dezembro de 1997.	Tabela de Custas Judiciais.	Deferida em Parte (Plenário: 15/12/1999) Publicado: 25/02/2000	Aguardando Julgamento
1980-5	Lei nº 12420 , de 13 de janeiro de 1999, do Estado do Paraná.	Assegura ao consumidor obter informações sobre a natureza e procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados nos postos revendedores do Estado do Paraná.	Indeferida (Plenário: 04/08/1999) Publicado: 25/02/2000	Improcedente (Plenário: 16/04/2009) Publicado: 07/08/2009

1963-5	Lei nº 12354 , de 04 de dezembro de 1998, que deu nova redação ao §1º do artigo 10 da Lei 7051 , de 04 de dezembro de 1978, do Estado do Paraná.	Nomeação de cargos em comissão pelo Chefe do Poder executivo entre funcionários do grupo operacional.	Deferida (Plenário: 18/03/1999) Publicado: 07/05/1999	Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 10/10/2002) Publicado: 17/10/2002
1958-9	Lei nº 12420 , de 13 de janeiro de 1999, do Estado do Paraná.	Assegura ao consumidor o direito de obter informações sobre a natureza, procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados nos postos revendedores situados no Estado do Paraná.	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 04/03/1999) Publicado: 12/03/1999
1956-2	Lei nº 12398 de 30 de dezembro de 1998 do Estado do Paraná.	Cria o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná- PARANAPREVIDENCIA .	Aguardando Julgamento	Aguardando Julgamento
1911-7	Art. 8º da Lei Estadual nº 12214 , de 10 de julho de 1998, na parte que se refere ao Poder Judiciário .	Estabelece limites percentuais da receita geral do Estado, para elaboração de propostas orçamentárias (Poderes Legislativo e Judiciário e Ministério Público) .	Deferida (Plenário: 19/11/1998) Publicado: 12/03/1999	Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 01/08/2002) Publicado: 07/08/2002
1909-2	Parágrafos 1º, 3º e da expressão "magistrados, promotores ou procuradores " do §5º, todos do art. 3º da Lei Estadual do Paraná 12317 , de 28 de agosto de 1998, que dispõe sobre o Conselho Penitenciário daquele Estado-membro .	Institui na estrutura do SEJU o Conselho Penitenciário do Estado do Paraná .	Prejudicada	Prejudicado (Plenário: 17/03/1999) Publicado: 25/06/1999
1864-9	Lei Estadual nº 11970 , de 19 de setembro de 1997, do Estado do Paraná. Arts. 1º, 3º, I, III, IV, V, 6º, 7º, 11, 15, §1º, II, III,	Institui o PARANAEDUCAÇÃO .	Prejudicada	Procedente em Parte (Plenário: 08/08/2007) Publicado: 02/05/2008

	IV , 16 , § 1 ° , 17 , I , VII , 18 , 19 , §3 ° e 22 .			
1784-5	Lei nº 273 , de 23 de março de 1993, do Município de Roncador /Paraná , que dispõe sobre a Previdência Social dos Servidores Municipais e dá outras Providências; e artigos 145, incisos I, II e parágrafo único; artigo 101, inciso III; artigo 100, inciso VIII; parágrafo 6 ° do artigo 63 da Lei Municipal nº 1 , de 05/04/90, (Lei Orgânica do Município de Roncador/ Paraná).	Previdência Social dos servidores municipais.	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 17/02/1998) Publicado: 26/02/1998
1744-3	Resolução nº 117 , de 1997, do Senado Federal.	Expedição de certidão pelo Tribunal de Contas .	Prejudicada – Decisão Monocrática (Decisão: 12/12/1997) Publicado: 19/12/1997	Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 30/06/2004) Publicado: 02/08/2004
1695-2	Artigo 35, parágrafo 2º, da Constituição do Estado do Paraná e artigo 70 , parágrafo 2º, da Lei Estadual nº 10219 , de 1992.	Tempo de serviço público federal, estadual, municipal será computado integralmente para efeitos de aposentadoria e disponibilidade .	Deferida em Parte (Plenário: 30/10/1997) Publicado: 07/08/1998	Procedente em Parte (Plenário: 03/03/2004) Publicado: 28/05/2004
1569-9	Provimento nº 63 , de 19 de dezembro de 1996, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região .	Procedimentos investigatórios , relativos a ações praticadas por organizações criminosas poderão ser apreciados nos limites territoriais de cada Seção Judiciária por juízes federais .	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 01/12/1998) Publicado: 17/12/1998
1444-7	Resolução nº 7 , de 1995, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná .	Estabelecer o Módulo do Valor de Referência (VRC) .	Deferida (Plenário: 26/02/1997) Publicado: 29/08/1997	Procedente (Plenário: 12/02/2003) Publicado: 11/04/2003

1437-4	Dispositivos da Lei nº 11189 , de 09 de novembro de 1995, do Estado do Paraná.	Novo modelo de atenção à saúde mental consistirá na gradativa substituição do sistema hospitalocêntrico , por uma rede integrada de variados serviços assistenciais de atenção sanitária e social .	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 03/05/1996) Publicado: 09/05/1996
1373-4	Lei nº 9342 , de 19 de julho de 1990, do Estado do Paraná e Resolução nº 3/95 , de 10 de julho de 1995, da Assembleia Legislativa do mesmo Estado .	Criação do município de Pontal do Paraná .	Deferida em Parte (Plenário: 30/11/1995) Publicado: 31/05/1996	Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 04/09/1996) Publicado: 10/09/1996
1366-1	Dispositivos do provimento nº 88/93 do Corregedor Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná .	Com a declaração de pobreza , as pessoas comprovadamente pobres estarão isentas de custas no registro civil ou averbações de atos relativos a crianças e adolescentes.	Prejudicada	Decisão Monocrática – Não Conhecido (Decisão: 09/08/1996) Publicado: 27/08/1996
1336-0	Dispositivos, adiante indicados, da Resolução nº 97 , de 20 de janeiro de 1994, do Procurador-Geral da Justiça do Estado do Paraná .	Instituir na Comarca de Curitiba a Promotoria "DE INVESTIGAÇÃO" Criminal, que vinculada à Coordenadoria das Promotorias Criminais.	Indeferida (Plenário: 11/10/1995) Publicado: 31/10/1996	Não Conhecido (Plenário: 01/07/1998) Publicado: 16/10/1998
1327-1	Decreto Federal nº 1303 , de 08 de novembro de 1994, especialmente o disposto nos artigos 1º e 7º.	Criação de universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior .	Prejudicada	Não conhecido (Plenário: 03/08/1995) Publicado: 20/06/1997
1258-4	Alteração nº 150 , introduzida pelo artigo 1º do Decreto nº 2665 , de 29 de outubro de 1993, do Governador do Estado do Paraná .	Alterações no Regulamento do ICMS .	Prejudicada	Não conhecido (Plenário: 26/05/1995) Publicado: 20/06/1997

1246-1	Artigo 125, parágrafo 2º, inciso II, da Constituição do Estado do Paraná.	Inamovibilidade dos Procuradores do Estado.	Deferida (Plenário: 18/07/1995) Publicado: 01/08/1995	Aguardando Julgamento
1242-8	Resolução nº 90 , de 07 de dezembro de 1993, da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná.	Aprovar normas para o uso do termo DIET , nos dizeres e rotulagem de alimentos e bebida dietéticas.	Sem liminar	Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 19/11/2001) Publicado: 18/12/2001
1195-2	Alínea "d" do inciso I do artigo 118 da Constituição do Estado do Paraná.	Estabelece a organização das atribuições do Estatuto do Ministério Público.	Deferida (Plenário: 23/02/1995) Publicado: 28/04/1995	Procedente (Plenário: 02/12/2015) Publicado: 26/02/2016
1190-1	Inciso XVIII do artigo 54; incisos I e II, e do 2º do artigo 77; inciso XV do artigo 87 das disposições permanentes, bem como do artigo 53 "caput" e seu parágrafo único do ADCT , todos da Constituição do Estado do Paraná.	Escolha de conselheiros e auditores do Tribunal de Contas pela Assembleia Legislativa.	Indeferida – Decisão Monocrática (Decisão: 27/09/1995) Publicado: 23/02/1996	Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 22/05/2014) Publicado: 27/05/2014
1163-4	Alínea "d" do inciso I do artigo 118 da Constituição do Estado do Paraná.	Estabelece a organização das atribuições do Estatuto do Ministério Público.	Prejudicada (Plenário: 23/02/1995) Publicado: 20/04/1995	Procedente (Plenário: 02/12/2015) Publicado: 26/02/2016
1080-8	Parágrafo 11 do artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná , acrescentado pela Emenda Constitucional nº 2 , de 15 de dezembro de 1993.	Nas provas de concurso público não haverá prova oral em caráter eliminatório ou classificatório (Magistratura e Ministério Público).	Deferida (Plenário: 29/06/1994) Publicado: 28/02/2003	Prejudicado (Plenário: 05/04/2018) Publicado: 13/04/2018
1048-4	Inciso IV do artigo 16 da Constituição do Estado do Paraná.	O município será regido por Lei Orgânica , atendidos os princípios estabelecidos pela Constituição Federal.	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 05/04/2004) Publicado: 16/04/2004

981-8	Resolução nº 1 , 18 de novembro de 1993, do Congresso Nacional .	Funcionamento dos trabalhos de revisão constitucional .	Indeferida (Plenário: 17/12/1993) Publicado: 05/08/1994	Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 09/09/2002) Publicado: 17/09/2002
979-6	Expressão " auditores ", contida no artigo 54, XVIII; e expressão " e dos auditores ", constantes do artigo 87, OXV, da Constituição do Estado do Paraná .	Escolha de conselheiros e auditores do Tribunal de Contas pela Assembleia Legislativa.	Prejudicada	Procedente (Plenário: 29/09/1994) Publicado: 07/10/1994
943-5	Resolução nº 98 , de 04 de dezembro de 1990, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná .	Remuneração dos deputados estaduais .	Indeferida (Plenário: 02/12/1993) Publicado: 11/03/1994	Prejudicado (Plenário: 26/10/1995) Publicado: 24/11/1995
942-7	Resolução nº 2 , de 12 de março de 1993, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná .	A remuneração dos desembargadores será estabelecida de acordo com os vencimentos dos deputados federais .	Prejudicada	Prejudicada a Ação (Plenário: 11/11/1993) Publicado: 11/03/1994
934-6	Artigo 17 e §§1º, 2º, 3º e 4º; artigo 21; §6º do artigo 22; §§1º e 3º do artigo 23; artigo 26; parágrafo único do artigo 38; §2º do artigo 51; artigo 86 e §§1º, 002º e 3º; artigo 87 e §§1º, 2º e 3º; artigo 88; artigo 109 e §§1º, 2º, 3º, 4º e 5º; §2º do artigo 113; artigo 116 e §§1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Lei Federal nº 8666 , de 21 de junho de 1993.	Dispõe sobre procedimento de licitação .	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 03/02/2015) Publicado: 06/02/2015

926-3	Parágrafo 2º, artigo 2º da Emenda Constitucional nº 3 , de 1993.	Dispõe sobre imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.	Deferida (Plenário: 01/09/1993) Publicado: 06/05/1994	Prejudicado (Plenário: 02/03/1994) Publicado: 29/04/1994 e Republicado em 06/05/1994
925-7	Lei Estadual nº 10331 , de 09 de junho de 1993, do Estado do Paraná .	A remuneração mensal do servidor da Administração Pública não terá valor máximo aos valores percebidos como remuneração por Secretário do Estado .	Prejudicada	Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 03/09/1993) Publicado: 23/09/1993
919-2	Lei Complementar nº 68 , de 22 de junho de 1993, do Estado do Paraná .	Dispensa o professor de rede pública de estágio probatório , detentor de um primeiro cargo com estágio concluído.	Deferida (Plenário: 08/10/1993) Publicado: 03/12/1993	Não conhecido (Plenário: 16/05/2001) Publicado: 29/06/2001
906-1	Artigo 6º da Lei nº 10331 , de 09 de junho de 1993, do Estado do Paraná.	Dispõe sobre a remuneração máxima dos servidores do Estado .	Indeferida – Decisão Monocrática (Decisão: 10/02/1994) Publicado: 25/03/1994	Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 08/03/2002) Publicado: 15/03/2002
905-2	Artigo 6º da Lei nº 10331 , de 09 de junho de 1993, do Estado do Paraná .	Dispõe sobre a remuneração máxima dos servidores do Estado .	Indeferida – Decisão Monocrática (Decisão: 09/02/1994) Publicado: 22/04/1994	Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 07/03/2002) Publicado: 13/03/2002
902-8	Decreto nº 36656 , de 16 de abril de 1993, do Estado de São Paulo.	Introduz dispositivos no Regulamento do ICMS .	Deferida (Plenário: 03/03/1994) Publicado: 22/04/1994	Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 23/10/2001) Publicado: 05/11/2001
901-0	Artigos 1º, 2º e 3º; parágrafo 3º do artigo 4º, e artigo 5º, todos da Lei nº 10331 , de 09 de junho de 1993, do Estado do Paraná.	Dispõe sobre a remuneração máxima dos servidores do Estado .	Deferida em Parte – Decisão Monocrática (Decisão: 08/10/1993) Publicado: 04/02/1994	Decisão Monocrática - Extinto o Processo (Decisão: 25/06/2018) Publicado: 01/08/2018
893-5	Lei Estadual nº 10331 , de 09 de junho de 1993, do Estado do Paraná.	Dispõe sobre a remuneração máxima dos servidores do Estado .	Deferida em parte (Plenário: 01/07/1993) Publicado: 03/09/1993	Decisão Monocrática - Extinto o Processo (Decisão: 29/06/2018) Publicado: 01/08/2018

875-7	Artigo 2º e respectivo Anexo Único da Lei Complementar Federal nº 62 , de 28 de dezembro de 1989.	Estabelece normas sobre cálculo, entrega e controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação .	Prejudicada	Procedente (Plenário: 24/02/2010) Publicado: 30/04/2010
855-2	Lei Estadual nº 10248 , de 14 de janeiro de 1993, do Estado do Paraná.	Pesagem de gás liquefeito pelos estabelecimentos que comercializam.	Deferida (Plenário: 01/07/1993) Publicado: 01/10/1993	Procedente (Plenário: 06/03/2008) Publicado: 27/03/2009
833-1	Emenda Constitucional nº 2 de 25 de agosto de 1992, publicada no D.O.U. em 01 de setembro de 1992.	Dispõe sobre o plebiscito previsto no ADCT.	Indeferida (Plenário: 04/03/1993) Publicado: 16/09/1994	Improcedente (Plenário: 14/04/1993) Publicado: 16/09/1994
810-2	Expressões “e do Poder Judiciário”, “respectivamente” e “006 % (seis por cento)”, contidas no inciso III, do artigo 008º da Lei Estadual nº 10039 de 16 de julho de 1992, que estabelece as diretrizes para a elaboração dos orçamentos fiscais, próprio da Administração Direta e de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, relativos ao exercício financeiro de 1993.	Estabelece diretrizes para o orçamento do Poder Judiciário corresponde a 6% da receita geral do Estado.	Deferida (Plenário: 10/12/1992) Publicado: 19/02/1993	Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 20/11/2001) Publicado: 17/12/2001
782-3	Artigo 1º da Lei Estadual nº 9998 , de 25 de junho de 1992.	A gasolina comercializada em todo território do Paraná, conterà obrigatoriamente 22% de álcool anidro .	Indeferida (Plenário: 16/10/1992) Publicado: 20/11/1992	Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 03/03/1997) Publicado: 11/03/1997

730-1	Resolução Administrativa nº 6/ 91 do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.	Pagamento de diferenças de vencimentos aos servidores do Tribunal Regional do Trabalho – 9ª Região , pela não aplicação do índice de reajuste salarial.	Deferida (Plenário: 13/08/1992) Publicado: 04/09/1992	Procedente (Plenário: 27/09/1995) Publicado: 27/10/1995
709-2	Artigo 1º da Lei Estadual nº 9048 de 04 de julho de 1989, publicada no D.O., Paraná, em 05.07.90.	Vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça, conselheiros do Tribunal de Contas e Procurador Geral da Justiça do Estado , ficaram fixados em 80% dos percebidos pelos ministros do STF.	Prejudicada	Prejudicado (Plenário: 07/10/1992) Publicado: 24/06/1994 (republicado)
704-1	Artigo 1º da Lei Complementar Estadual nº 62 de 1992, publicada no DO/PR do dia 06 de março de 1992, promulgada pela Assembleia Legislativa do Paraná com veto do Governador do Estado.	Criação de município e alterações territoriais só poderão ser feitas um ano antes das eleições municipais.	Deferida (Plenário: 25/03/1992) Publicado: 18/03/1994	Prejudicado (Plenário: 23/06/1993) Publicado: 18/03/1994
682-7	Lei Estadual nº 9346 de 1990, aprovada pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Paraná e publicada no DO do Estado em 23 de julho de 1990.	Facultada matrícula escolar antecipada em 1ª série, de crianças que vierem a completar 6 anos de idade em final do ano letivo.	Indeferida (Plenário: 20/03/1992) Publicado: 05/06/1992	Improcedente (Plenário: 08/03/2007) Publicado: 11/05/2007
654-1	Expressões em destaque do artigo 2º e do seu parágrafo único do Assento nº 4 de 1988, do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.	A promoção dos magistrados far-se-á por ato do Presidente do Tribunal de Justiça , alternadamente por antiguidade e por merecimento.	Deferida (Plenário: 11/12/1991) Publicado: 06/08/1993	Procedente em parte (Plenário: 02/06/1993) Publicado: 06/08/1993
632-1	Lei Estadual nº 8928 , de 28.12.88.	Adicional do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.	Indeferida – (Plenário: 12/04/1989) Publicado: 26/05/1989	Procedente (Plenário: 06/10/1993) Publicado: 26/11/1993

606-1	Inciso VII do artigo 178 da Constituição do Estado do Paraná.	A escolha dos dirigentes das instituições de ensino de poder público estadual adotará o sistema eletivo, direto e secreto.	Deferida (Plenário: 07/02/1992) Publicado: 27/03/1992	Procedente em parte (Plenário: 25/03/1999) Publicado: 28/05/1999
584-7	Artigo 245 das disposições constitucionais gerais da Constituição do Estado do Paraná.	Toda importância recebida pelo Estado da União Federal, a título de indenização ou pagamento do débito , ficará retida a disposição do Poder Judiciário, para pagamento a terceiros , de condenações judiciais.	Deferida (Plenário: 26/03/1992) Publicado: 22/05/1992	Procedente (Plenário em 19/03/2014) Publicado: 09/04/2014
523-5	Parágrafo 3º do artigo 78 da Constituição do Estado do Paraná.	As decisões fazendárias de última instância, contrárias ao erário, serão apreciadas pelo Tribunal de Contas em grau de recurso.	Sem liminar	Procedente (Plenário: 03/04/2008) Publicado: 17/10/2008
522-7	Artigo 44 da Constituição do Estado do Paraná.	No cálculo dos valores da aposentadoria ou de outros benefícios previdenciários do funcionário público será incluída a título de vantagem pessoal, a diferença entre a remuneração do seu cargo e do cargo de natureza estadual que tenha exercido por no mínimo 5 anos.	Deferida (Plenário: 12/09/1991) Publicado: 25/10/1991	Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 11/12/2001) Publicado: 04/02/2002 (circulou em 06/02/2002)
484-1	Lei nº 9422 de 5 de novembro de 1990 e 9525 de 8 de janeiro de 1991 do Estado do Paraná.	Cria e disciplina a carreira especial de Advogado do Estado do Paraná em paralelo a de Procurador do Estado.	Indeferida (Plenário: 06/06/1991) Publicado: 27/03/1992	Improcedente (Plenário: 10/11/2011) Publicado: 01/02/2012.
483-2	Artigo 25 e parágrafo único do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT - da Constituição do Estado do Paraná.	Opção do servidor público estável a disposição de outro órgão diferente da sua lotação de origem, optar pelo órgão em que se encontra prestando serviços.	Deferida (Plenário: 25/04/1991) Publicado: 1991	Procedente (Plenário: 25/04/2001) Publicado: 29/06/2001
468-9	Alínea b do inciso II e inciso III do artigo 96 e ainda o parágrafo 1º do artigo 98 da Constituição do Estado do Paraná.	Dispõe sobre a promoção de juízes de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, autonomia financeira do Poder Judiciário.	Deferida (Plenário: 27/02/1992) Publicado: 16/04/1993	Prejudicado – Decisão Monocrática (Decisão: 23/06/2010) Publicado: 30/06/2010

454-9	Lei nº 6639 de 29 de dezembro de 1974, com a redação dada pela Lei nº 7771 de 13 de dezembro de 1983 e a Lei nº 9498 de 28 de dezembro de 1990.	Criação do Fundo Estadual de Previdência Parlamentar – FEPPA – Aposentadoria de Deputados, decorrente de contribuição de 8 anos.	Indeferida (Plenário: 1992) Publicado: 1992	Não Conhecido (Plenário: 07/02/1992) Publicado: 08/05/1992
424-7	Resolução nº 1 de 6 de março de 1990 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e art. 31 da lei nº 7567 de 8 de janeiro de 1982, modificada pela lei nº 6149 de 9 de setembro de 1970, do Estado do Paraná. Artigo 020 e 031 da Lei nº 7567/82 .	Alteração do Regimento de Custas .	Indeferida (Plenário: 27/02/1992) Publicado: 27/03/1992	Prejudicado (Plenário: 14/06/2000) Publicado: 15/09/2000
384-4	Lei Estadual nº 9056 de 2/agosto/89, bem como o seu regulamento instituído pelo Decreto nº 6710 de 4/abril/90.	Inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizante e corretivos agrícolas – Agrotóxicos .	Indeferida (Plenário: 22/03/1991) Publicado: 14/06/1991	Não Conhecido (Plenário: 20/11/1997) Publicado: 21/02/2003
342-9	Inciso XXI do artigo 54 da Constituição do Estado do Paraná .	Compete a Assembleia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado do Paraná.	Deferida (Plenário: 08/08/1990) Publicado: 28/09/1990	Procedente (Plenário: 06/02/2003) Publicado: 11/04/2003
341-1	Lei Estadual nº 9293 , promulgada pela Mesa Diretora do Legislativo Estadual em 13.06.90, publicada em 20.06.90.	Ficam sem efeito todos os atos que tenham gerado qualquer punição aos integrantes do Magistério e demais Servidores Públicos do Estado do PR, em virtude de interrupção das atividades profissionais .	Deferida (Plenário: 17/08/1990) Publicado: 14/09/1990	Procedente (Plenário: 14/04/2010) Publicado: 11/06/2010
340-2	Lei Estadual nº 9105 de 23/outubro/89.	Fixa limite máximo da remuneração dos servidores públicos da Administração direta e indireta do Poder Executivo igual a dos Secretários de Estado.	Prejudicada	Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 19/09/2001) Publicado: 02/10/2001

252-0	Lei nº 9056 de 02 de agosto de 1989, do Estado do Paraná.	Dispõe que a produção, distribuição e comercialização no Estado do Paraná de fertilizantes (...)destinados a agricultura, estão condicionados ao prévio cadastramento perante a Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento.	Sem liminar	Não Conhecido (Plenário: 20/11/1997) Publicado: 21/02/2003
225-2	Parágrafo 5º do artigo 098 da Constituição do Estado do Paraná .	Os créditos de natureza alimentícia deverão ser pagos pela Fazenda Estadual e Municipal e pelas autarquias, no prazo de 30 dias contados da data da apresentação dos precatórios , na ordem cronológica de sua apresentação.	Deferida (Plenário: 18/04/1990) Publicado: 25/05/2001 (circulou em 28/05/2001)	Procedente (Plenário: 31/08/1994) Publicado: 25/05/2001 (circulou em 28/05/2001)
210-4	Parágrafo 3º do artigo 078 da Constituição do Estado do Paraná .	As decisões fazendárias de última instância, contrárias ao erário, serão apreciadas pelo Tribunal de Contas em grau de recurso.	Sem liminar	Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 28/06/2001) Publicado: 08/08/2001
186-8	Artigo 54, parágrafo 1º e 2º da Constituição do Estado do Paraná .	Os servidores públicos estáveis da Secretaria da Fazenda, poderão optar pelo reenquadramento no cargo de classe inicial.	Sem liminar	Procedente (Plenário:11/05/1995) Publicado: 15/09/1995
175-2	Incisos XVIII e suas alíneas " a " e " b " do artigo 34; XXI do artigo 34; parágrafo 7º do artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná e artigos 46 , 55 , 56 e seus parágrafos 1º , 2º e 3º do ADCT .	Direitos dos servidores a licença especial, creche para os filhos e pagamento de remuneração na data de vencimento.	Deferida em parte (Plenário: 09/02/1990) Publicado: 03/08/1990	Procedente em parte (Plenário: 03/06/1993) Publicado: 08/10/1993
161-2	Artigo 102 da Constituição do Estado do Paraná e artigos 44, caput e parágrafo único e artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.	Criação de três Tribunais de Alçada com sede em Curitiba, Londrina e Cascavel.	Deferida (Plenário: 11/12/1989) Publicado: 23/02/1990	Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 08/06/2005) Publicado: 15/06/2005

118-3	Parágrafo 3 ° do artigo 146 da Constituição do Estado do Paraná.	Incumbe ao Poder Público, sempre através de licitação , a prestação de serviços públicos em caso de transporte coletivo de passageiros.	Deferida (Plenário: 25/10/1989) Publicado: 03/12/1993	Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 15/10/2001) Publicado: 12/11/2001
117-5	Artigo 48 da Constituição do Estado do Paraná.	Cabe à polícia ostensiva a preservação da ordem pública e o soldo não poderá ser inferior ao correspondente aquele dos servidores militares estaduais.	Deferida (Plenário: 22/11/1989) Publicado: 07/05/1993	Decisão Monocrática – Extinto o processo (Decisão: 31/08/2001) Publicado: 06/09/2001
116-7	Parágrafo 5º do artigo 77 e artigo 54, OXX, “a”, da Constituição do Estado do Paraná.	Os auditores e conselheiros do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Governador , com aprovação prévia da Assembleia Legislativa.	Indeferida (Plenário: 25/10/1989) Publicado: 22/11/1989 (republicado)	Procedente (Plenário: 29/09/1994) Publicado: 04/11/1994
115-9	Artigo 251 da Constituição do Estado do Paraná.	Os vencimentos dos auditores e procuradores do Tribunal de Contas do Estado não serão inferiores a noventa e cinco por cento dos vencimentos dos conselheiros.	Indeferida (Plenário: 26/10/1989) Publicado: 17/11/1989	Procedente (Plenário: 22/04/1993) Publicado: 01/07/1993
114-1	Artigo 233 e seu parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná.	Os servidores públicos serão regidos pelo Estatuto dos Funcionários Civis do Estado.	Deferida (Plenário: 26/10/1989) Publicado: 22/11/2002	Procedente em Parte (Plenário: 26/11/2009) Publicado: 17/12/2009
113-2	Inciso VII do artigo 96 da Constituição do Estado do Paraná.	CODJ/PR – Diferença de 5% dos vencimentos fixados de uma para outra entrância , não podendo os vencimentos exceder os do ministro do STF.	Indeferida (Plenário: 25/10/1989) Publicado: 15/12/1989	Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 10/06/2002) Publicado: 17/06/2002
75-6	Lei Estadual nº 8801 de 29 de junho de 1988.	Valores ou depósitos judiciais de qualquer serventia da Justiça Estadual deverão ser depositados em agências do Banco do Estado do Paraná.	Prejudicada	Não Conhecido (Plenário: 01/04/1992) Publicado: 04/09/1992
30-6	Expressões do artigo 8 ° da Lei Complementar nº 27 de 08 de janeiro 1986 e Lei nº 8915 de 15 de dezembro de 1988 .	Criação de distrito se dará por lei estadual mediante representação do município, feita pelo prefeito com aprovação da Câmara.	Sem Liminar	Procedente em parte (Plenário:11/06/1997) Publicado: 15/08/1997
27-6	Parágrafo único do Art. 3 ° do Assento Regimental nº 4 , de 1 ° de dezembro de	O preenchimento de vagas destinadas ao quinto constitucional será efetivado através de promoção de juízes integrantes do	Deferida (Plenário: 08/03/1989) Publicado: 1990	Procedente (Plenário: 21/02/1990) Publicado: 22/06/1990

	1988 do Tribunal de Justiça do Paraná.	Tribunal de Alçada, Ministério Público e advogados.		
21-7	Itens II, III e IV do Artigo 1º da Lei Estadual nº 8929 de 20 de janeiro de 1989 .	Fixa vencimentos dos servidores públicos.	Deferida (Plenário: 01/03/1989) Publicado: 17/03/1989	Prejudicado – Decisão Monocrática (Decisão: 01/10/2002) Publicado: 07/10/2002